



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

**Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes**

---

### **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS**

# **FLASH**

# **6230**

**Presidente da Mesa Diretora:** Sebastião Ildeu Maia

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Criação de unidades municipais, conselhos, comissões, cargos, consultoria jurídica, serviços, salas, núcleos, projetos culturais e outros

**Autoria:** Mesa Diretora

**Data:** 14/03/2006

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 29/2006. Cria o Plano de Assistência à Saúde, no âmbito de Poder Legislativo de Montes Claros. (Plano de Saúde). (Referente à Lei nº 3.537, de 03/04/2006).

**Controle Interno – Caixa:** 7.1

**Posição:** 04

**Número de folhas:** 07

---

Espécie: PL  
Categoria: Cria  
Ordem: 04  
nº fls: 05



29.03.2006

23.03.2006

## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2006

AUTOR:

Mesa Diretora

ASSUNTO:

Cria Plano de Assistência a Saúde no Âmbito da Legislativa, e Contém  
Outras Providências.

### MOVIMENTO

Entrada em - 14/03/2006

Comissão Legislação e Justiça e Comissão de Saúde

- 1 -
- 2 - APROVADO EM 1ª EM. 21.03.2006
- 3 - APROVADO EM REGIME DE URGÊN
- 4 - CIA EM. 23.03.2006
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



# Câmara Municipal de Montes Claros

AS Comissões  
14/03/06

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2006

CRIA PLANO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE NO ÂMBITO DO LEGISLATIVO, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo do Município de Montes Claros-MG., por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - É o Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros autorizado a criar e implementar no âmbito do poder Legislativo o Plano de Assistência complementar à Saúde, destinado a proporcionar, ao pessoal ativo e inativo da Câmara, bem como aos seus dependentes, mediante convênio, a cobertura, total ou parcial, por meio dos sistemas de pré e/ou de pós-pagamento, de despesas com o atendimento médico-hospitalar.

Art. 2º - O Plano de Assistência complementar à Saúde da Câmara Municipal de Montes Claros, será:

I - operado, tecnicamente, por empresa de plano de assistência à saúde, regularmente constituída e registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), de que trata a Lei Federal n.º 9656/98 e suas alterações, a ser contratada pela Câmara Municipal de Montes Claros; ;

II - custeado mediante o pagamento de taxa única de inscrição e de contribuições mensais e, quando for o caso, de participação adicional de seus usuários, mediante pagamento direto ou desconto dos valores respectivos em folha de pagamento do responsável, e de contribuições da Câmara Municipal, nos termos das resoluções de nº 001/96 e 13/2001;



## Câmara Municipal de Montes Claros

---

III – Facultado ao pessoal da Câmara, após conhecidas pelos interessados as condições do mesmo, com obrigações e direito dele decorrentes;

IV - Composto no mínimo, por todos os procedimentos clínicos; para coberturas de pequeno e grande risco (consultas, exames, atendimentos ambulatoriais, cirurgias, internações etc).

Art. 3º - São beneficiários titulares do plano de assistência à saúde:

I – O pessoal da Câmara, Servidores ativos, inativos e os agentes políticos;

II – Servidores de outros órgãos públicos em adjunção ou lotados na Câmara;

III – Os contratados por tempo determinado.

Art. 4º - São beneficiários dependentes do plano de assistência à saúde:

I – O Conjuge ;

II – O companheiro que comprove união estável de, pelo menos, dois anos como entidade familiar;

III – Os filhos menores de 21 anos ou inválido;

IV – Os filhos maiores de 21 anos e menor de 24 anos, que frequente curso de graduação;

V – Os pais, desde que comprovada dependência econômica;

§ 1º - Equipara-se a filho:

I – O enteado que, comprovadamente, viva sob guarda e sustento do beneficiário titular ou do seu cônjuge ou companheiro;

II – O menor ou inválido que, mediante autorização judicial, viva sob guarda e sustento do beneficiário titular.





# Câmara Municipal de Montes Claros

---

§ 2º - Somente o beneficiário titular pode requerer inclusão ou exclusão de dependentes.

Art. 5º - O beneficiário titular poderá incluir no plano de assistência à saúde, mediante custeio integral do valor da mensalidade, a qual será descontada em folha de pagamento:

I – Os filhos solteiros que não atendam os criterios de dependencia, previstos no artigo 4º;

II – Os pais, que não atendam os criterios de dependencia, previstos no artigo 4º;


III – Outros indicados pelo beneficiário titular.

Art. 6º - O presidente da mesa diretora baixará normas com vistas a regulamentação desta Lei.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Montes Claros, 06 de Março de 2.006

  
\_\_\_\_\_  
Vereador Sebastião Ildeu Maia  
Presidente da Câmara

  
\_\_\_\_\_  
Vereador José Marcos Martins de Freitas  
1º Secretário.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 14 DE MARÇO DE 2006  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE SAÚDE  
EM 14 DE MARÇO DE 2006  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

É legal e constitucional,  
deverão-se atentar para  
a correta redação dos  
incisos III e IV do  
Artigo 4º.

Somos pelo  
aprovação  
urgente  
[assinatura]

Regimental - 15.03.06.

A. Silva 150308

[assinatura]

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO POR  
EM 14 DE MARÇO DE 2006  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2006 QUE “Cria Plano de Assistência a Saúde no âmbito do Legislativo e contém outras providências”, de autoria da Mesa Diretora.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo.

Quanto à sua legalidade, não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou inconstitucionalidade no referido projeto, haja vista tratar-se de assunto interno da Câmara Municipal.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 16 de março de 2006.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/ MG 78.605



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Montes Claros, 23 de março de 2.006.

**Ofício : ATL N° 078/2006**

**Assunto: Encaminha Projeto para Sanção**

**Serviço : Câmara Municipal**

Senhor Prefeito,

Com os nossos cordiais cumprimentos, e de conformidade com o que preceitua o inciso X Art.37 da Constituição Federal e o Art. 54, da Lei Orgânica do Município de Montes Claros, estamos encaminhando à V.Ex<sup>a</sup>. para sanção e publicação, os Projetos de Leis aprovados por esta Casa Legislativa, **“ que DESAFETA DE SUA CARACTERÍSTICA DE BEM DE USO COMUM DO POVO, AUTORIZA SUA TRANSFERÊNCIA AO PATRIMÔNIO DISOPNÍVEL DO MUNICÍPIO, FAZ DOAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS e CRIAR PLANO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE NO ÂMBITO DO LEGISLATIVO, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

Valho-me da oportunidade para renovar a V.Ex<sup>a</sup>. votos de estima e elevado apreço.

**Vereador Sebastião Ildeu Maia**  
**Presidente da Câmara**

**Excelentíssimo Senhor**  
**Dr. Athos Avelino Pereira**  
**DD. Prefeito Municipal**  
**MONTES CLAROS - MG**